

EM 2009, 9,5% DO PIB PORTUGUÊS FOI TRANSFERIDO PARA O ESTRANGEIRO PARA PAGAR JUROS E LUCROS, A BANCA FINANCIAR-SE A 1% JUNTO DO “BCE” E COBRA AO GOVERNO UMA TAXA DE JUROS 6 VEZES SUPERIOR E EXIGE AINDA MAIS SACRIFÍCIOS**RESUMO DESTE ESTUDO**

Sem crescimento económico não é possível reduzir o défice orçamental de uma forma sustentada nem “acalmar” os chamados mercados. É a actual política recessiva do governo mata qualquer crescimento económico. Por isso desmontar a gigantesca operação de manipulação da opinião pública que está em curso visando levar esta a aceitar como inevitável a política que está a ser seguida, e impor sacrifícios ainda “mais duros” como já anunciam para 2011, que não resolverão nada como sucedeu no passado, é uma tarefa necessária embora difícil devido ao domínio dos principais media pelo governo e pelos defensores do pensamento económico único neoliberal que praticamente impedem o acesso de quaisquer opiniões diferentes. É por isso que assistimos sempre à presença dos mesmos a dizerem sempre o mesmo, como fossem verdades absolutas e inquestionáveis.

Uma situação que está a contribuir para tornar ainda grave a crise actual e mais difícil a sua solução, que tem sido sistematicamente ocultada, é a associação de um crescimento económico anémico à transferência de uma parcela crescente da pouca riqueza criada no País para o estrangeiro. Segundo O INE, entre 1995 e 2009, a transferência de riqueza para o estrangeiro passou de 4.263 milhões € para 16.022 milhões €, ou seja, cresceu quase 3,8 vezes, sendo o aumento mais rápido com os governos de Sócrates (entre 2004 e 2009, o aumento foi de 6.118 milhões €, superior ao de 1995-2004). Como consequência o Rendimento Nacional Líquido (riqueza líquida que fica no País) tem crescido muito menos que o Produto Interno Líquido (riqueza líquida criada no País). Só no 1º semestre de 2010 foram transferidos para o estrangeiro 8.475 milhões €, o dobro do transferido durante todo o ano de 1995. Como consequência, entre 1995 e 2009, o PIL (Produto Interno Líquido) aumentou em 64.344 milhões € enquanto o RNL (Rendimento Nacional Líquido) cresceu apenas em 48.335 milhões €, ou seja, o aumento deste correspondeu apenas a 75% da subida registada no primeiro. Uma parcela cada vez menor da riqueza criada no País fica para os portugueses, sendo uma parcela cada vez maior da mais-valia criada pelos trabalhadores portugueses apropriada por estrangeiros. A situação portuguesa neste campo é pior que a média da UE27. De acordo com o Eurostat, em 2009, o Rendimento Nacional Líquido em Portugal representava apenas 78,9% do PIB quando a média nos países da União Europeia era de 84,8%. Para se ficar com uma ideia do que significa para os portugueses esta diferença basta dizer que se a percentagem portuguesa fosse igual à média europeia (84,8% no lugar de 78,9%), em 2009 seriam mais 9.837 milhões € que teriam ficado em Portugal, ou seja, o correspondente a 14,5% dos salários e ordenados pagos a todos os trabalhadores portugueses naquele ano, o que seria suficiente para fazer um aumento digno nos salários e ainda restava para investir e criar emprego.

Enquanto se verifica esta situação, os bancos a operar em Portugal estão a aproveitar as dificuldades do Estado, das empresas e das famílias portuguesas para aumentar os lucros com a ajuda do Banco Central Europeu (BCE). A dívida da banca portuguesa ao Banco Central Europeu (BCE) deverá corresponder a 30% do PIB, ou seja, a cerca de 50.000 milhões €. E o grande negócio actual da banca é financiar-se junto do BCE pagando uma taxa de juro de apenas 1%, e depois emprestar aos portugueses e ao Estado cobrando taxa de juro e “spread” elevados. De acordo com dados vindos a público (Expresso de 25.9.2010), os empréstimos da banca a operar em Portugal ao Estado português totalizam já 10.530 milhões €. Sabendo que o governo de Sócrates está a pagar uma taxa de juros que varia entre 4,5% (empréstimos a 4 anos) e 6,4% (empréstimos a 10 anos), admitindo uma taxa média de juros de 5,45%, a banca cobraria por empréstimos naquele valor só ao Estado 574 milhões € e pagaria ao BCE apenas 105 milhões €, ou seja, a diferença de juros só nos empréstimos ao Estado atingiria 468 milhões €. E ainda ficariam 39.500 milhões € obtidos junto do BCE a uma taxa de juro de 1% para emprestar às famílias e às empresas cobrando juros muito mais elevados (só o spread exigido por muitos bancos é superior à taxa de juro que a banca paga ao BCE pelos financiamentos que obtém junto deste banco). É esta banca, que quando está em dificuldades se aproveitou do Estado e dos contribuintes, mas que agora não hesita, escondendo-se atrás do “manto diáfano” dos mercados, em se aproveitar das dificuldades desse mesmo Estado e das famílias para cobrar juros e comissões elevadas, e exige ainda mais sacrifícios aos portugueses para “acalmar os mercados” de que ela faz parte e é actor principal com o objectivo de aumentar os lucros. Não seria justo lançar um imposto sobre estes lucros extraordinários e sem riscos da banca? – É a questão que deixamos ao leitor.

Neste momento está-se a verificar em Portugal a conjugação das consequências de políticas económicas e financeiras erradas dos sucessivos governos no passado, de que é exemplo a

transformação de Portugal no país com mais Kms de auto-estradas por 100.000 Habitantes que levou a um grande endividamento do Estado (só as dívidas resultantes das chamadas Parcerias Público Privadas atingem já 27.000 milhões € segundo o Relatório do OE2010) associadas a políticas erradas actuais de que é exemplo as medidas recessivas tomadas pelo governo para reduzir, num período curto, o défice orçamental que estão a levar a um maior agravamento da crise económica e social, a que se junta o domínio da economia portuguesa e do poder político pelos grandes grupos económicos, os quais se estão a aproveitar dessa mesma crise criada por eles, para aumentar os lucros e para exigir mais sacrifícios, o que está a levar ao estrangulamento económico e financeiro do País e das famílias.

EM 2009, FORAM TRANSFERIDOS PARA O ESTRANGEIRO 16.000 MILHÕES € PARA PAGAR JUROS E LUCROS DEIXANDO O PAIS E OS PORTUGUESES MAIS POBRES

O crescimento económico em Portugal tem sido anémico (entre 2000 e 2010 foi inferior a 1% por ano), e com as medidas recessivas que o governo tomou e com as já anunciadas para 2011, ainda mais “duras” para reduzir o défice orçamental (a obsessão do défice), a situação económica, financeira social do País vai-se agravar ainda mais. E esta situação é ainda mais grave quando uma parcela crescente da pouca riqueza produzida está a ser transferida para o estrangeiro para pagar fundamentalmente juros e dividendos (lucros) como mostram os dados do INE constantes do quadro.

Quadro 1 – Riqueza produzida anualmente em Portugal (PIB) e riqueza transferida para o estrangeiro no período 1995-2009

ANOS	PIB a preços correntes (1) Milhões €	PIL (Produto Interno Líquido) (2) Milhões €	Rendimento Nacional Líquido (3) Milhões €	Rendimentos transferidos para o estrangeiro (4) Milhões €	RNL em % do PIB (5)= (3) : (1)
1995	87.745	73.683	73.859	4.263	84,2%
2004	148.827	123.784	122.194	9.904	82,1%
2005	153.729	127.469	125.181	11.767	81,4%
2006	160.273	132.974	128.139	17.565	80,0%
2007	168.737	140.386	135.043	19.788	80,0%
2008	171.934	142.055	136.141	20.419	79,2%
2009	167.652	138.027	132.332	16.022	78,9%
Varição 1995-2004	61.082	50.101	48.335	5.641	-2,1 p.p.
Varição 2004-2009	18.825	14.699	10.137	6.118	-3,2p.p.

FONTE: Contas Nacionais – INE

O PIB corresponde ao valor da riqueza criada anualmente num País, que não é aquela que fica ao dispor dos seus habitantes, pois uma parte dela pode ser transferida para o estrangeiro. O PIL (Produto Interno Líquido) obtém-se deduzindo ao PIB o valor do “Consumo de Capital Fixo”, ou seja, os gastos de equipamentos, edifícios, etc., utilizados para produzir o PIB. No entanto, o PIL ainda não corresponde ao que fica no país, pois uma parcela desta riqueza líquida é transferida para o estrangeiro. O que fica no país, é o Rendimento Nacional Líquido (RNL), que se obtém somando ao PIL os rendimentos (primários) recebidos do estrangeiro, e depois subtraindo os rendimentos (primários) pagos ao estrangeiro.

E o que está a suceder em Portugal? Como consequência do forte endividamento ao estrangeiro das empresas, incluindo bancos, do Estado e das famílias (estas principalmente por via indirecta através dos bancos) e também porque um numero crescente de empresas a operar em Portugal já pertencem total ou parcialmente a estrangeiros, incluindo as grandes empresas que foram privatizadas (GALP, EDP, CIMPOR, Totta-Açores, Crédito Predial Português, BPI, BCP, etc.) e, apesar disso, o governo anunciou ainda mais privatizações; repetindo, como consequência do domínio crescente da economia portuguesa por estrangeiros uma parcela cada vez maior da riqueza criada no País está ser transferida para o estrangeiro. Em 1995 foram 4.263 milhões € mas, em 2009, essas transferências para o exterior já atingiram 16.022 milhões €, ou seja, 3,8 vezes mais. Só no 1º semestre-2010, foram transferidos para o exterior 8.475 milhões €, o dobro do transferido durante todo o ano de 1995.

Mas foi com os governos de Sócrates que a riqueza transferida para o estrangeiro cresceu mais rapidamente. Assim, entre 1995 e 2004, portanto em 9 anos, as transferências para o estrangeiro aumentaram em 5.641 milhões €, pois passaram de 4.263 milhões € para 9.904 milhões € enquanto, entre 2004 e 2009, ou seja, em 5 anos de governos de Sócrates aquelas transferências aumentaram em 6.118 milhões €, pois passaram de 9.904 milhões € para

16.022 milhões €. Como consequência desta crescente transferência de riqueza criada no País para o estrangeiro o Rendimento Nacional Líquido (riqueza líquida que fica no País) tem aumentado muito menos que o Produto Interno Líquido (riqueza líquida criada no País). Entre 1995 e 2009, o PIL (Produto Interno Líquido) aumentou em 64.344 milhões €, enquanto o RNL (Rendimento Nacional Líquido) cresceu apenas em 48.472 milhões €, o que corresponde a 75% do aumento verificado no PIL. Portanto, é cada vez menor a riqueza criada no País que fica para os portugueses, sendo uma parte cada vez maior da mais-valia criada pelos trabalhadores portugueses apropriada, desta forma, por estrangeiros.

A situação em Portugal também neste campo é mais grave do que na quase totalidade dos países da União Europeia (uma excepção é o caso da Irlanda apresentada durante muito tempo pelo neoliberalismo como exemplo a ser seguido por Portugal), como mostram os dados do Eusrostat constantes do quadro seguinte.

Quadro 2 - % Percentagem que o Rendimento Nacional Líquido representa em relação ao PIB

PAISES	1995	2004	2005	2006	2007	2008	2009
UE15	85,7%	86,4%	86,3%	86,4%	86,3%	85,7%	84,8%
Portugal	84,2%	82,1%	81,4%	80,0%	80,0%	79,2%	78,9%
Portugal-UE15	-1,5p.p.	-4,3p.p.	-4,9p.p.	-6,4p.p.	-6,3p.p.	-6,5p.p.	-5,9p.p.

FONTE: Eurostat; p.p. – Pontos percentuais

Em 2009, por ex., o Rendimento Nacional Líquido em Portugal representava apenas 78,9% do PIB quando a média nos países da União Europeia era de 84,8%. Para se ficar com uma ideia do que representava esta diferença basta dizer que se a percentagem portuguesa fosse igual à média europeia (84,8% no lugar de 78,9%), em 2009 seriam mais 9.837 milhões € que teriam ficado em Portugal, ou seja, o correspondente a 14,5% dos salários e ordenados pagos a todos os trabalhadores portugueses em 2009, portanto se uma fatia desta mais-valia tivesse ficado em Portugal os salários podiam ter um aumento digno e ainda restaria para investir criando assim emprego.

É evidente que o País precisa sair do atoleiro de domínio e de endividamento ao estrangeiro e isso só possível com crescimento económico, mas as medidas recessivas que o governo está e tenciona tomar só o podem conduzir para o caminho contrário.

O GRANDE NEGÓCIO ACTUAL DA BANCA PORTUGUESA PARA AUMENTAR OS LUCROS À CUSTA DAS DIFICULDADES DO ESTADO E DAS FAMILIAS

Segundo o prof. Jacinto Nunes, um antigo governador do Banco de Portugal, a dívida da banca portuguesa ao Banco Central Europeu (BCE) deverá corresponder a 30% do PIB, ou seja, a cerca de 50.000 milhões €. E o grande negócio actual da banca a operar em Portugal é o seguinte: financia-se junto do BCE pagando uma taxa de juro de apenas 1%, e depois empresta aos portugueses e ao Estado esse dinheiro cobrando uma taxa de juro muito mais elevada. De acordo com dados vindos a publico (Expresso de 25.9.2010), os empréstimos da banca a operar em Portugal ao Estado português totalizavam 10.530 milhões € no fim do mês de Julho de 2010. Sabendo que o governo de Sócrates está a pagar uma taxa de juros que varia entre 4,5% (empréstimos a 4 anos) e 6,4% (empréstimos a 10 anos), e admitindo uma taxa média de juros de 5,45%, a banca cobraria por empréstimos daquele valor só ao Estado 574 milhões € e pagaria ao BCE apenas 105 milhões €, ou seja, “encaixava” só com os empréstimos ao Estado 468 milhões €. E ainda ficam cerca de 39.500 milhões € obtidos junto do BCE a uma taxa de juro de 1% para emprestar às famílias e empresas cobrando de juro muito mais (só o “spread” exigido por muitos bancos é superior à taxa de juro que a banca a operar em Portugal paga ao BCE pelos financiamentos que obtém junto deste banco). É esta banca, que quando em dificuldades se aproveitou do Estado e dos contribuintes, mas que agora não hesita em se aproveitar das dificuldades do Estado e das famílias, escondendo-se atrás da manta dos mercados, para impor taxas de juros que chegam a ser 6 vezes superiores às que paga ao BCE.

Eugénio Rosa
Economista
edr2@netcabo.pt
 26.9.2010